

Debaixo do tapete?

Economia - Brasil

LUIZ ALFREDO SALOMÃO

Todo mundo está muito satisfeito com a estabilidade dos preços, inclusive a oposição, que está vazia de argumentos. Uns poucos têm consciência dos custos desta estabilidade, a maioria não. Dentre os que têm consciência, muitos fazem força para que o restante da sociedade ignore os fatos. Procuram esconder tais custos sob o tapete. Mas o montinho está aumentando e dando na vista. Repórteres espertos já perceberam e começam a discutir o assunto.

O GLOBO publicou, em 4 de maio último, reportagem assinada por Gustavo Freire "denunciando" o Banco Central por querer transferir para o Tesouro parte do prejuízo de R\$ 7 bilhões acumulado desde o segundo semestre de 1994 até o final de 1995. De acordo com o repórter da Agência Globo: "O repasse seria sacramentado por uma manobra contábil em que o déficit sairia do passivo da instituição e passaria a ser contabilizado com patrimônio a ser constituído em seu ativo." É difícil de entender o que está em jogo, por isso o repórter estranhou a atitude do diretor do Banco Central que formulou a ousada proposta e foi ouvir o secretário do Tesouro, que prontamente repeliu a idéia da transferência, como se o Tesouro nada tivesse com o prejuízo do BC.

O leitor menos avisado ficou intrigado. Será que a diretoria do BC — que fez poucas e boas nos últimos tempos, da transformação dos bancos estaduais em cadáveres insepultos até o Proer — está querendo varrer o próprio rombo para juntá-lo ao poeirão de outros bancos que já está debaixo do Tesouro? Que moral tem o BC para fechar bancos públicos e privados com buracos patrimoniais se ele próprio está vulnerável? Será que além de quebrarem o Banco do Brasil, conseguiram o ineditismo de quebrar o próprio banco dos bancos? Será que o contribuinte, mais uma vez, vai pagar a conta?

Esclareça-se. Desta vez, o Banco Central não tem culpa. Ou é culpado apenas por solidariedade à política do Governo.

A reportagem mesma esclarece a origem do mega-rombo: o carregamento das reservas cambiais em seu ativo, depois do lançamento do Plano Real, em julho de 1994. Tais reservas são remuneradas a apenas 4,5% a.a., enquanto a dívida mobiliária gerada em contrapartida, pela própria administração das reservas, custa mais de 20% a.a.

Isto é, o dinheiro estrangeiro que aqui entra é convertido em reais, mas, para essa massa de reais não entrar em circulação e provocar inflação, ela é absorvida pelo Banco Central que a toma emprestado pagando 20% a.a. de juros, através dos títulos da dívida pública. Em contrapartida, o BC aplica aquelas divisas que entraram no país — inclusive de especuladores — a apenas 4,5%. Estamos falando em muitos bilhões de dólares, que são operados dessa forma "burra", isto é, custam mais caro do que rendem.

Dessa forma, o prejuízo do Banco Central coincide exatamente com o custo do Plano Real. De fato, para garantir a estabilidade mediante a âncora cambial — que mantém sobre os produtores nacionais a espada de Dâmoqueles da importação, efetiva ou potencial — o país acumulou um volume excessivo de reservas, através do ingresso abusivo de capitais estrangeiros. Sua permanência custa aquilo que o BC perdeu e agora tem de repassar ao Tesouro.

Repassar muito justamente, porque fez essa operação "de banqueiro burro" — de tomar emprestado moeda estrangeira a um custo maior do que a remuneração oferecida para aplicação dessas mesmas divisas no exterior — a mando do Governo. Logo, à custa do Tesouro. Por outro lado, o "acionista" do BC é o Tesouro e, se aquele teve prejuízo, o azar é do dono.

Como gostam de dizer, do alto de suas enaltecidas sabedorias, os ministros da Fazenda e do Planejamento, não há almoço grátis. De fato, chegou a hora de confessar aos contribuintes do país que eles têm de arcar com o preço imediato da estabilidade, até aqui apresentada como *hors d'oeuvre* sem custo.

Para que outros pratos, mais caros, não sejam cobrados no futuro, convém ancorar o Real na realidade, antes que seus pilares artificiosos se esgotem no tempo. Daí que as prioridades deveriam ser redefinidas, colocando na ordem do dia a reforma agrária, a reforma tributária e a do sistema financeiro, orientadas para a redistribuição da renda e para o desenvolvimento econômico-social. As reformas dos conservadores, encampada pelo Governo, só tende a agravar a situação.

Afinal, a realidade pode tardar e até permitir reeleições. Um dia, porém, suas verdades acabam superando a veemência dos argumentos que só os que estão no poder podem usar.

LUIZ ALFREDO SALOMÃO é ex-deputado federal e diretor da Escola de Políticas Públicas de Governo da UFRJ.